

ENTRE PAUS E PEDRAS

A inserção dos materiais locais na formação da arquitetura doméstica luso-brasileira

Juliana Coelho Loureiro

Universidade Federal de Alagoas | juliana.loureiro@fau.ufal.br

EIXO TEMÁTICO: (3) História, Memória e Patrimônio

Resumo: Este trabalho tem como objetivo tratar a inserção das espécies nativas e dos materiais locais na formação da arquitetura das habitações luso-brasileiras, discutindo o impacto dos novos elementos na configuração do espaço doméstico. Em meados do século XVI, ao chegar ao Novo Mundo, os portugueses não dispunham dos materiais tradicionais de construção e tiveram que buscar, junto aos povos originários, os materiais que mais se prestariam aos seus métodos tradicionais de edificar. Nos primeiros anos, as edificações sofreram um processo de transformação de estruturas menos permanentes aproveitando os saberes e materiais nativos, para estruturas mais permanentes em conformidade com a tradição portuguesa. Nesse processo, são inseridos na arquitetura doméstica das primeiras vilas elementos pouco disponíveis no cenário local do litoral nordestino brasileiro como, por exemplo, as pedras. Estas foram muitas vezes talhadas na arte da cantaria e inseridas nas fachadas, revelando, entre outros, o simbolismo dos materiais e das formas, assim como o poder aquisitivo do construtor. Mas, por mais que buscassem se afastar dos materiais e modos de fazer locais, os povoadores não deixaram de incorporar os elementos nativos na composição de suas casas, como os paos de mange [paus de mangue]. Eles eram usados para os caibros que, por ser madeira crescida na água, eram considerados ideais para a cobertura das habitações. Essa contribuição é percebida até os dias atuais nos edifícios remanescentes dos sítios históricos de Olinda, Recife, Salvador, entre outros. Desse modo, a presente pesquisa buscou identificar, a partir dos relatos dos cronistas do século XVI, os materiais locais que foram apontados como apropriados para a construção do casario no nordeste brasileiro. Embora parte dos materiais nativos não se apresentem claramente na estrutura da construção, eles participaram ativamente desse novo modo de edificar que constituiu a formação da arquitetura brasileira.

Palavras-chave: arquitetura doméstica; materiais de construção; história; luso-brasileira.

BETWEEN STICKS AND STONES - THE INSERTION OF LOCAL MATERIALS IN THE FORMATION OF LUSO-BRASILIAN DOMESTIC ARCHITECTURE

Abstract: This work aims to explore the inclusion of native species and local materials in the architecture of Portuguese-Brazilian dwellings, discussing the impact of these new elements on the configuration of domestic space. In the mid-16th century, upon arriving in the New World, the Portuguese lacked traditional building materials and had to seek out from the indigenous peoples the materials best suited to their traditional building methods. In the early years, buildings underwent a process of transformation from less permanent structures, leveraging native knowledge and materials, to more permanent structures in keeping with Portuguese tradition. In this process, elements rarely available in the local landscape of the Brazilian northeastern coast, such as stones, were incorporated into the domestic architecture of the first villages. These stones were often carved using the art of stonemasonry and inserted into the facades, revealing, among other things, the symbolism of materials and forms, as well as the purchasing power of the builder. However, despite their efforts to distance themselves from local materials and methods, the settlers continued to incorporate native elements into their homes, such as paos de mange [mangrove poles]. These were used for rafters, which, because they were wood grown in water, were considered ideal for roofing. This contribution can still be seen today in the remaining buildings at historic sites in Olinda, Recife, Salvador, and elsewhere. Thus, this research sought to identify, based on the accounts of sixteenth-century chroniclers, the local materials considered appropriate for the construction of houses in northeastern Brazil. Although some of the native materials are not clearly present in the building structure, they actively participated in this new building style that shaped the development of Brazilian architecture.

Keywords: Domestic architecture; building materials; history; Portuguese-Brazilian.

ENTRE PALOS Y PIEDRAS - LA INSERCIÓN DE MATERIALES LOCALES EN LA FORMACIÓN DE LA ARQUITECTURA DOMÉSTICA LUSO-BRASILEÑA

Resumen: Este trabajo busca explorar la inclusión de especies nativas y materiales locales en la arquitectura de las viviendas luso-brasileñas, analizando el impacto de estos nuevos elementos en la configuración del espacio doméstico. A mediados del siglo XVI, al llegar al Nuevo Mundo, los portugueses carecían de materiales de construcción tradicionales y tuvieron que buscar entre los pueblos indígenas los materiales que mejor se adaptaban a sus métodos tradicionales. En los primeros años, las edificaciones experimentaron un proceso de transformación: desde estructuras menos permanentes, aprovechando el conocimiento y los materiales nativos, hasta estructuras más permanentes, en consonancia con la tradición portuguesa. En este proceso, elementos raramente disponibles en el paisaje local de la costa noreste brasileña, como las piedras, se incorporaron a la arquitectura doméstica de las primeras aldeas. Estas piedras se tallaban a menudo mediante el arte de la cantería y se insertaban en las fachadas, revelando, entre otras cosas, el simbolismo de los materiales y las formas, así como el poder adquisitivo del constructor. Sin embargo, a pesar de sus esfuerzos por distanciarse de los materiales y métodos locales, los colonos continuaron incorporando elementos nativos en sus hogares, como los paos de mange [postes de manglar]. Estos se utilizaban para vigas, que, al ser madera cultivada en agua, se consideraban ideales para tejados. Esta contribución aún se puede apreciar en los edificios que se conservan en sitios históricos de Olinda, Recife, Salvador y otros lugares. Por lo tanto, esta investigación buscó identificar, a partir de los relatos de cronistas del siglo XVI, los materiales locales considerados apropiados para la construcción de viviendas en el noreste de Brasil. Si bien algunos de los materiales autóctonos no están claramente presentes en la estructura del edificio, participaron activamente en este nuevo estilo constructivo que moldeó el desarrollo de la arquitectura brasileña.

Palabras clave: Arquitectura doméstica; materiales de construcción; historia; portugués-brasileño.

1. INTRODUÇÃO

Ainda sabemos muito pouco sobre a formação de nossa arquitetura doméstica brasileira. Alguns estudiosos realizaram importantes investigações sobre a história da arquitetura brasileira, como Carlos Lemos, Nestor Goulart, Gilberto Freyre, Lúcio Costa e Günter Weimer, mas ainda temos conhecimento muito limitado sobre a formação dos nossos espaços domésticos. Certamente, as primeiras experiências de abrigos deixaram pouco ou nenhum registro material, até por ter sido construídos de modo mais urgente e, portanto, com materiais menos duráveis.

Partimos do pressuposto que para os conquistadores portugueses não era possível construir exatamente como faziam na Metrópole, seja pela pouca disponibilidade dos materiais tradicionais, seja pela carência de mão-de-obra capacitada. Por outro lado, as questões locais como o clima, a geografia, os materiais, as circunstâncias, exigiam adaptações que fomentaram um modo específico de construir.

Muitas das vilas fundadas pelos portugueses no século XVI, como é o caso de Olinda, são consideradas patrimônio do povo brasileiro por representarem importantes registros da formação da nossa arquitetura e urbanismo. Entretanto, embora as diversas temporalidades se sobreponham no sítio histórico, existem vestígios de sua gênese.

Desse modo, utilizaremos o “paradigma indiciário” enquanto suporte metodológico de pesquisa, uma vez que não podemos acessar diretamente as primeiras construções. Este caminho foi tratado em um artigo seminal escrito por Carlo Ginzburg. Este historiador vai mostrar que a busca do conhecimento através dos sinais tem origem muito antiga, “Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstituir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados ...” (Ginzburg, 1990, p. 151). O autor segue demonstrando a longevidade desta forma de conhecimento que será absorvida na modernidade por diversos campos do saber como a psicanálise, por exemplo. Neste sentido, seguiremos os rastros legados pelos cronistas do século XVI.

2. VELHOS MODOS, NOVOS CONTEXTOS

Em meados do século XVI, ao iniciar o processo de povoamento das terras conquistadas no Novo Mundo, os portugueses trazem consigo um modo de habitar sedentário, que estava diretamente vinculada à casa unifamiliar. Elas poderiam estar dispersas no interior ou aglomeradas em diferentes arranjos, como cidades, vilas ou lugares.

No além-mar, os lusitanos se confrontam com povos que habitavam de modo coletivo e viviam na itinerância. A duração de suas construções estava diretamente relacionada ao tempo que permaneciam no lugar, e os materiais adotados serviam para essa finalidade, geralmente feitos de folhas de palmas.

Nessa alteridade, era necessário afirmar a conquista e impor uma nova ordem social que se materializa em grande parte na arquitetura. Morar em casas não é um fenômeno natural. Muito menos, a escolha dos materiais e sua aplicação na construção. Ela é realizada a partir de processos históricos, culturais e, acima de tudo, circunstanciais.

Para este artigo, iremos nos deter brevemente na seleção dos materiais de construção e sua relação com a tradição e o contato com o conhecimento nativo. A investigadora Amélia Aguiar Andrade ao referir-se aos núcleos urbanos medievais portugueses afirma que

Uma vez que a pedra, a telha e a madeira eram materiais de construção de boa qualidade e por isso mais dispendiosos, era provável que fossem utilizadas em maior quantidade nas residências dos que dispunham de réditos mais significativos. Para a maioria, o recurso à madeira, à taipa e ao colmo devia ser regra, a qual contudo podia assumir algumas adaptabilidades regionais, como a que, em resultado da influência islâmica, permitia a utilização, na região sul do rio Tejo, de tijolo para a construção de paredes e de ladrilho miúdo para pavimentar o chão (Andrade, 1998, p. 28)

Portanto, podemos concluir que mesmo na Metrópole a pedra, a telha e a madeira eram materiais nobres, de elaborada extração e produção, reservado a uma parcela menor da população. Seu emprego refletia o poder aquisitivo e status social dos seus moradores, revelando assim os aspectos simbólicos vinculados aos materiais.

Por outro lado, os materiais empregues nas edificações variavam conforme a região de Portugal, guardando diferenças significativas entre o Sul e o Norte. Essas diferenças não correspondem apenas a disponibilidade dos elementos construtivos, mas também a interações com outras tradições. A ocupação islâmica das terras lusitanas, por exemplo, marcou fortemente o uso de ladrilhos nas edificações e foi extensamente aplicado nas construções do além-mar.

No Novo Mundo, Gabriel Soares de Sousa relatou as providências iniciais realizadas por Tomé de Sousa para edificação da cidade do Salvador em 1549. No texto, ele citou alguns procedimentos construtivos para a defesa da urbe.

E tomada essa resolução, se pôs em ordem para este edifício, fazendo primeiro uma cerca muito forte de pau a pique, para os trabalhadores e soldados poderem estar seguros do gentio. Como foi acabada, arrumou a cidade dela para dentro, arruando-a por boa ordem com as casas cobertas de palma, ao modo gentio, nas quais por entretanto se agasalharam os mancebos e soldados que vieram na armada. E como todos foram agasalhados, ordenou de cercar esta cidade de muros de taipa grossa, o que fez com muita brevidade” (Sousa, 2000, p. 101)

Desse modo, vemos a referencia a duas técnicas tradicionais de construção com barro: pau a pique e a taipa. Modos milenares de construção que em parte eram

compartilhados pelos diferentes povos, sejam eles europeus, americanos e africanos, mas que recebem em cada lugar um arranjo específico¹.

Por outro lado, Gabriel Soares de Sousa destacou que “as casas cobertas de palma, ao modo gentio”. Admitindo que, no primeiro momento, os portugueses optam por incorporar na arquitetura das suas habitações, o material e o modo de fazer dos nativos.

Frei Vicente do Salvador ressalta o emprego da palma na cobertura, “Há muitas castas de palmeiras, de que se comem palmitos e o fruto, que são uns cachos de cocos, e se faz deles azeite para comer e para candeia, e das palmas se cobrem as casas” (1982, p. 64). Sobre a aplicação das palmas na construção, Gabriel Soares de Sousa relata o manejo dos nativos com a espécie que chama pindoba.

De junto do olho destas palmeiras tira o gentio três e quatro folhas cerradas, que se depois abrem à mão, com as quais cobrem as casas, a que chamam pindobuçu, com o que fica uma casa por dentro, depois de coberta, muito formosa; a qual palma no verão é fria, e no inverno quente; e se não fora o perigo do fogo, é muito melhor e mais sadia cobertura que a da telha (Sousa, 1971, p. 197).

Nos primeiros anos de povoamento, utilizar os materiais e modos de fazer locais eram fundamentais. Entretanto, a arquitetura que os portugueses construíam em seus núcleos urbanos muito se afastava da concepção do espaço nativo. Ressalta-se que os portugueses elaboram uma apreciação estética da palma utilizada para a cobertura das casas e sua adequação as exigências do clima local.

5

O padre Fernão Cardim, ao referir-se as “casas” dos índios, destacou as características que mais o surpreendeu nos modos de habitar.

Usão estes índios de umasocas ou cascas de madeira cobertas de folha, e são de comprimento algumas de duzentos e trezentos palmos, e têm duas e três portas muito pequenas e baixas; mostram sua valentia em buscarem madeira e esteios muito grossos e de dura, e há casa que tem cincoenta, sessenta ou setenta lanços de 25 a 30 palmos de comprimento e outros tantos de largo.

Nesta casa mora um principal, ou mais, a que todos obedecem, e são de ordinário parentes; e em cada lanço destes pousa um casal com seus filhos e família, sem haver repartimento entre uns e outros, e entrar em uma destas casas é ver um labirinto, porque cada lanço tem seu fogo e suas redes armadas, e alfaia, de modo que entrando nella se vê tudo quanto tem, e casa há que tem duzentas e mais pessoas (Cardim, 1980, p. 90).

O maior impacto do religioso não foi apenas as dimensões da edificação, técnica construtiva e materiais empregues, mas destacadamente quanto as repartições internas e uso comunal do espaço. Não compreendeu bem as divisões e como ocorria a circulação entre as partes da habitação.

¹ Segundo Gabriel Soares de Sousa, os índios tupinambás construíam cerca de pau a pique para se defender.

Por mais que os primeiros povoadores tenham se apropriados por necessidade de materiais e modos de construir locais, a concepção do espaço da casa segue em grande parte a tradição lusitana. Mas também não se pode ignorar que foi uma arquitetura que se construiu sob um contexto muito diferente da Metrópole. Portanto precisou sofrer ajustes, transformações, mesmo que subordinados a ordem dominante. Nesse universo de adaptação e afirmação, as primeiras vilas foram edificadas.

O padre Fernão Cardim, ao descrever sua chegada à vila de Olinda no final do século XVI, surpreendeu-se com os materiais empregues nas construções. Segundo o jesuíta, a vila “está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar, e para a terra; tem boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha. Temos aqui collegio aonde residem vinte e um dos nossos; sustentam-se bem, ainda que tudo val tres dobro do que em Portugal” (Cardim, 1980, p. 164).

Figura 1: Casa no sítio histórico de Olinda com os cunhais e vergas de pedra



Casa localizada na Rua Bispo Coutinho, n. 848, Carmo, Olinda, antiga Rua Nova. Essa via abrigava as principais construções da vila.
Fonte: autora.

Assim, podemos perceber que a presença de determinados materiais revelava a opulência da vila e afirmação das praticas tradicionais portuguesas. A utilização de pedra na construção, por exemplo, implicava em grande custo desde a extração, transporte e emprego. Muitas vezes, as pedras de cantaria eram trazidas da metrópole para compor as fachadas principais das habitações com um dispêndio ainda maior de recurso e tempo na edificação.

Nesse contexto, destacamos o aspecto simbólico do emprego dos materiais. No século XVI, a presença de determinados materiais na casa, como a pedra e a telha, estava

diretamente relacionada ao poder aquisitivo do seu morador e, portanto, revelava a sua posição social.

Em Olinda, as casas que utilizavam materiais mais nobres também se situavam nas posições mais altas no relevo da vila. Quanto mais elevado, mais recursos e poder os seus moradores teriam. Até os lotes eram mais largos, implicando em madeiras mais nobres para vencer os vãos maiores.

As madeiras encontradas no Novo Mundo sempre surpreenderam os portugueses, desde o pau-brasil. Esta última deu nome a própria terra, Brasil, e o seu comércio motivou muitas investidas estrangeiras.

Elas estão presentes na maior parte dos discursos dos cronistas do século XVI, destacando suas qualidades e aplicabilidades. Para a construção do casario, o religioso Frei Vicente do Salvador destaca que “Muçurandubas, que é a madeira mais ordinária de que fazem as traves e todo o madeiramento das casas, por ser quase incorrutível” (1982, p. 65). A maçaranduba (*manilkara spp.*, *sapotaceae*) é uma espécie nativa brasileira, considerada nobre por suas características físicas. Ela é dura, densa, resistente a umidade e ao ataque de insetos xilófagos (brocas, cupins).

E, em outro trecho,

Há no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes, cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas pera se poderem fazer delas fortíssimos galeões (...).

7

São também as madeiras do Brasil mui acomodadas pera os edifícios das casas por sua fortaleza; e com elas se acha juntamente a pregadura, porque ao pé das mesmas árvores nascem uns vimes mui rijos, chamados timbós e cipós, que, subindo até o mais alto delas, ficam parecendo mastros de navios com os seus óvens, e com estes atam os caibros, ripas e toda a madeira das casas que houveram de ser pregadas, no que se forra muito gasto de dinheiro, e principalmente nas grandes cercas, que fazem aos pastos de bois dos engenhos, por que não saiam a comer os canaviais de açúcar e os achem no pasto, quando os houverem mister pera moenda, as quais cercas se fazem de estacas e varas atadas com estes cipós (Salvador, 1982, p. 64)

Destaca-se a variedade de espécies e empregos, seja para a construção naval ou casario. Mas interessante também é o destaque dado aos seus cipós que eram utilizados para a amarração dos caibros e ripas da coberta, ou ainda, na própria estrutura das casas quando se utilizava a técnica de pau a pique. Essa prática irá compor a tradição construtiva brasileira até os dias atuais, presentes em áreas mais remotas e menos abastecidas de recursos.

3. NOTAS SOBRE A ARQUITETURA DOMESTICA LUSO-BRASILEIRA

A experiência portuguesa no além-mar permitiu a construção de diversas vilas e povoados que se organizavam a partir de uma lógica específica, como foi o caso de Olinda em Pernambuco, fundada em 1537 (ver Loureiro, 2008). As primeiras casas dos povoadores foram pouco investigadas.

Talvez, a carência de estudos ocorra pela sua relação com à vida ordinária ou por terem sido muito modificadas ao longo do tempo, dificultando as pesquisas. Entretanto, elas estão diretamente vinculadas à construção de um novo modo de viver que justifica o esforço em buscarmos os indícios dessas primeiras edificações.

No final da década de 60, o importante historiador de arte inglês John Bury afirmava que

a história da arquitetura civil e doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade do Salvador em 1549. O que anteriormente se construiu era de tal modo provisório que mal se lhe pode chamar arquitetura, havendo apenas a respeito pouca e incerta informação (Bury, 1969, p. 27)

De fato, ainda hoje, temos muito o que investigar e aprender sobre a construção do espaço doméstico português no Novo Mundo, em especial, no século XVI. Principalmente se nos referirmos aos primeiros anos de ocupação. Porque esse momento é fundamental para percebermos a gestação de um outro modo de fazer, mais mestiço, brasileiro. Entretanto, a carência de estudos não significa que não exista material.

Para o arquiteto e historiador Carlos Lemos, a formação da nossa arquitetura civil não tem uma única origem, mas é formado, em diferentes proporções, por diferentes povos. Para o autor, “sincretismos inevitáveis”. Assim, “Se a história de nossa casa tem o seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar os incômodos do calor abrasador” (Lemos, 1989, p. 11). Portanto, uma condição mestiça, híbrida, nascida de uma necessária e estratégica adaptação, mas que busca com toda a sua expressão afirmar o domínio português no solo brasileiro.

8

Sobre essa construção da paisagem seiscentista, o mesmo arquiteto afirmou “casas brasileiras com exterioridades lusitanas” (Lemos, 1989, p. 13). A aparência da arquitetura portuguesa não era apenas uma questão de costume, tradição, mas também era fundamental marcar o território conquistado. Essas exterioridades distraem a percepção inicial, pois camuflam um rico processo de descobertas de materiais, de adaptação de técnicas, de seleção e incorporação.

O sociólogo Gilberto Freyre também destaca a formação de uma nova arquitetura.

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, cobertas de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e nos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português (...) tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o Criador de um novo tipo de habitação. Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. (Freyre, 2005, p. 36)

Portanto, embora a arquitetura também corresponda a imposição de uma nova ordem, expressão na paisagem dos povos dominadores, as necessárias incorporações e adaptações, seja aos materiais ou ao clima, elaboram uma nova arquitetura, cada vez mais brasileira. Mesmo técnicas milenares de construção como o pau a pique, passam por transformações em sua produção dependendo do contexto e da cultura que a produz.

Segundo o arquiteto e historiador Nestor Goulart, a arquitetura das primeiras habitações era simples, mas correspondia as necessidades de seus construtores.

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. O sistema de cobertura, em telhado de duas águas, procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno (Reis Filho, 2004, p. 25).

Se por um lado, as construções expressavam a organização social e o sentido da vida daquela comunidade, implicando em casas unifamiliares, alinhadas em seu conjunto e com cômodos pré-definidos, por outro lado, elas precisavam responder a novas demandas locais. Afinal, morar no nordeste do Brasil era muito diferente do norte de Portugal.

No Novo Mundo, por exemplo, os portugueses encontraram uma grande umidade decorrente do clima e do maior índice pluviométrico que fizeram com que os beirais se ampliassem em boa parte das casas grandes dos engenhos no nordeste brasileiro. Nas vilas, onde as edificações estavam mais adensadas, era necessário drenar as águas e afastá-la das áreas habitadas. Nesse contexto, as ruas e os extensos quintais participavam ativamente desse movimento das águas.

A presença da água, e em situação pior sua estagnação, não prejudicava apenas a saúde de seus habitantes, mas o próprio material de construção das edificações. Ela reagia com os materiais de vedação, como a cal e o barro, e os elementos estruturais como a madeira, implicando em escolhas de materiais mais resistentes, como as madeiras nobres e as de mangues por viverem já na água, como veremos adiante.

Em meados do século XVII, durante a invasão da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco, o reverendo João Baers descreveu a vila de Olinda e a arquitetura do casario.

As casas não são baldas de conforto, mas, cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra, porque, as pessoas de qualidade moram todas no alto. Os umbrais de todas as portas e janelas são, de pedra dura e pesada. (Baers, 2004, p.40)

O capelão do coronel Theodoro de Waerdenburch chamou atenção para as “grandes janelas”, certamente maiores que as encontradas por ele no Velho Mundo, indicando

uma maior necessidade de arejar os interiores quentes das construções. Por outro lado, destaca a presença da pedra nas escadarias de acesso a edificação como símbolo de poder e status do seu proprietário.

Ainda hoje é possível encontrar nos edifícios do sítio histórico de Olinda uma grande distinção entre os materiais empregues na fachada principal, com materiais nobres, e na posterior da edificação, elementos mais perecíveis e de menor tratamento.

Figura 2: Interior da casa no sítio histórico de Olinda



Interior da casa localizada na Rua do Amparo, n. 165, Olinda. Na imagem é possível observar os materiais construtivos empregues nas vedações (prospecção na parede interna) e na fachada posterior (vergas e umbrais de madeira).
Fonte: autora.

Outro material local incorporado nas casas lusitanas foi a madeira proveniente do mangue. Frei Vicente do Salvador destaca a aplicação desse tipo de madeira: “Ao longo do mar, e em algumas partes muito espaço dentro dele, há grandes matas de mangues, uns direitos e delgados de que fazem estas cercas e caibros pera as casas” (1982, p. 64). O Frei Cardim também ressalta o seu uso.

Estas arvores se parecem com salgueiros ou sinceiros da Europa, deles há tanta quantidade pelos braços e esteiros que o mar deita pela terra dentro, que há léguas de terra todas deste arvoredo (...) a madeira é boa para queimar, e para emadeirar casas; he muito pesada, e rija como ferro: da casca se faz tinta, e serve de casca para curtir couros; são de muitas espécies [grifo nosso] (Cardim, 1980, p. 52-53)

O emprego da madeira de mangue para a construção já tinha ocorrido há mais tempo. Na carta do mestre pedreiro Luís Dias, responsável pelas obras da cidade de Salvador, ao arquiteto do reino Miguel de Arruda em 13 de julho de 1551, ele presta contas de seus

serviços e revela algumas questões envolvidas na construção, como a aparência das casas e o emprego de certos materiais exóticos.

E na amostra vão descritas as casas que são feitas; e tem cada chão dos que estão povoados 8 casas, e o que menos tem dão 6 casas; e são as 10 de taiparia, que as outras de parede de mão e de madeira e barro e feno. Vai a amostra o melhor que eu entendi e V. M. a manda retirar pera a ver el-Rei. Muitas casas se podem fazer nestas ladeiras, se isto haver de ir avante. E nela verá da banda do mar, digo da Ribeira do Góis uma estância de madeira, digo fez Pero de Góis porque lhe disse o Governador que pudesse o seu trabalho e o da sua gente e que se chamaria o Baluarte de Góis, e ele e eu fomos cortar madeira de mangue muito poderosa e que não apodrece debaixo da água; é sobre esses penedos, como verá na amostra (Dias apud Bueno, 2011, p. 75)

Para a historiadora Beatriz Bueno, a amostra que o mestre se refere seria uma mescla entre planta e alçado numa mesma representação. Pela necessidade que o mestre Luís Dias demonstrou em enviar ao arquiteto do Rei, Miguel de Arruda, e ao próprio D. João III, os desenhos relativos às casas, podemos perceber o controle que existia por parte do Reino quanto à aparência dessas habitações.

Por outro lado, o discurso do mestre de obras revela uma maior liberdade quanto ao emprego de materiais locais, sendo uma possibilidade a madeira proveniente do mangue. Numa outra carta de Luís Dias para seu superior, um mês depois – 15 de agosto de 1551, ele continua a descrição das obras e se refere mais uma vez ao emprego da madeira de mangue. Segundo o mestre, “este ainda que he de madeira he tão forte que durará segundo dizem vinte anos por ser de paos de mange que se criam nagoa e sam como ferro” (Dias apud Bueno, 2011, p. 79).

11

A necessidade de abrigar-se e, ao mesmo tempo, marcar no solo a conquista provocou um processo de incorporação de práticas e matérias locais na construção. Os modos de edificar precisaram ser revistos, devido a carência de profissionais e do material construtivo tradicional que ora era inexistente ora escasso.

Certamente as construções de caráter mais provisório, como as feitas de material perecível, como a palha, não deixaram exemplar, apenas referências nos documentos históricos que registram sua presença desde o início. Mas seu legado permanece vivo nas práticas construtivas brasileiras, hoje tradicionais, e continuam sendo executadas em boa parte do território nacional, como é caso das casas de pau a pique cobertas de palha no litoral nordestino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades inerentes ao objeto de investigação, o estudo sobre a formação da arquitetura doméstica luso-brasileira é necessária e ainda demanda grandes esforços de levantamento e análise. Para além das imponentes edificações religiosas, foram nas habitações dos primeiros moradores do século XVI que a experiência arquitetônica se fez mais rica e desafiadora.

Se a aparência das casas denuncia a dominação lusitana, os interiores e a escolha dos materiais locais revelam a apropriação silenciosa do conhecimento nativo. Elas guardam em seus corpos o produtivo universo de experimentações, conhecimento do lugar e adaptações de tradições que marcam a gênese de um novo modo de conceber e construir os espaços habitados.

5. REFERÊNCIAS

BAERS, João. **Olinda Conquistada**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

BURY, John. Arquitetura civil no período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 27-126, 1969.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50 ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos e Emblemas: Sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **Pelas entranhas de Olinda – Um estudo sobre a formação dos quintais**. Dissertação de Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado. Maceió, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Coleção Debates. 10 ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 2004.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500 – 1627**. 7ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e editora da USP, 1971.